

FORMAÇÃO CONTINUADA EM EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA: EXPERIÊNCIA DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E A CONSTRUÇÃO DE PRÁTICAS ANTIRRACISTAS E DECOLONIAIS

*CONTINUING EDUCATION IN QUILOMBOLA SCHOOLING: A UNIVERSITY
EXTENSION EXPERIENCE AND THE CONSTRUCTION OF ANTI-RACIST AND
DECOLONIAL PRACTICES*

*FORMACIÓN CONTINUA EN EDUCACIÓN ESCOLAR QUILOMBOLA:
EXPERIENCIA DE EXTENSIÓN UNIVERSITARIA Y LA CONSTRUCCIÓN DE
PRÁCTICAS ANTIRRACISTAS Y DECOLONIALES*

Irenaldo Pereira de ARAÚJO


Doutor em Educação

Universidade Federal do Rio Grande do Norte,

Centro de Ensino Superior do Seridó,

Caicó, RN, Brasil

E-mail: irenaldo.araujo@ufrn.br

 <https://orcid.org/0009-0006-9155-7374>

Ilderlândio Assis de Andrade NASCIMENTO


Doutor em Linguística

Universidade Federal do Rio Grande do Norte,

Centro de Ensino Superior do Seridó,

Caicó, RN, Brasil

E-mail: ilderlandio.nascimento@ufrn.br

 <https://orcid.org/0000-0002-3654-614X>

RESUMO

O presente artigo analisa os impactos da formação continuada de docentes na efetivação da Educação Escolar Quilombola, com ênfase na valorização dos saberes tradicionais, nos valores civilizatórios afro-brasileiros e na consolidação de práticas pedagógicas antirracistas e decoloniais. A investigação, ancorada em experiência formativa promovida pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, evidencia a produção de materiais didáticos contextualizados, a elaboração de

planos de ação e a ampla participação de educadores quilombolas. Os dados revelam adesão significativa e diversidade territorial, embora desafios estruturais, como o acesso digital, persistam. Conclui-se que a qualificação docente constitui instrumento estratégico para o enfrentamento do racismo estrutural e para a construção de uma educação crítica, democrática e socialmente referenciada.

Palavras-chave: educação quilombola; formação docente; equidade racial.

ABSTRACT

This article analyzes the impact of continuing teacher education on the advancement of Quilombola School Education, emphasizing the appreciation of traditional knowledge, Afro-Brazilian civilizing values, and the consolidation of anti-racist and decolonial pedagogical practices. The study, grounded in a training experience

promoted by Federal University of Rio Grande do Norte, highlights the production of contextualized teaching materials, the development of action plans, and the broad participation of Quilombola educators. The findings indicate significant engagement and territorial diversity, although structural challenges such as limited digital access remain. It is concluded that teacher training constitutes a strategic tool for confronting structural

racism and for building a critical, democratic, and socially grounded education.

Keywords: education quilombola; teacher training; racial equity.

RESUMEN

Este artículo analiza el impacto de la formación continua de docentes en el fortalecimiento de la Educación Escolar Quilombola, con énfasis en la valorización de los saberes tradicionales, los valores civilizatorios afrobrasileños y la consolidación de prácticas pedagógicas antirracistas y decoloniales. El estudio, basado en una experiencia formativa promovida por la Universidad Federal de Rio Grande del Norte, destaca la producción de materiales didácticos contextualizados, la elaboración de planes de

acción y la amplia participación de educadores quilombolas. Los resultados revelan una participación significativa y diversidad territorial, aunque persisten desafíos estructurales, como el acceso digital limitado. Se concluye que la formación docente constituye una herramienta estratégica para enfrentar el racismo estructural y construir una educación crítica, democrática y socialmente referenciada.

Palabras clave: educación quilombola; formación docente; equidad racial.

1 INTRODUÇÃO

A Educação Escolar Quilombola, fundamentada em diretrizes nacionais e políticas públicas voltadas à equidade racial, representa um avanço significativo na promoção da justiça social e no reconhecimento das identidades afrodescendentes no Brasil. No entanto, sua implementação enfrenta desafios estruturais e pedagógicos que limitam a convocação de práticas educacionais certificadas à realidade quilombola. A ausência de uma formação específica para docentes, a escassez de materiais didáticos contextualizados e as dificuldades na construção de Projetos Político-Pedagógicos (PPP) adaptados são entraves que impactam diretamente a efetividade dessa modalidade de ensino.

A Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-raciais e Educação Escolar Quilombola (PNEERQ) representa um avanço na superação dessas desigualdades, mas sua eficácia dependerá do comprometimento dos entes federativos e da mobilização das comunidades quilombolas. O investimento numa educação que respeite as identidades negras e quilombolas é um dos caminhos mais eficazes para a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

Assim, a formação continuada de educadores surge como um elemento central para a superação dessas barreiras, possibilitando a criação de estratégias pedagógicas contextualizadas que valorizem os saberes tradicionais das comunidades quilombolas. Além disso, a melhoria de um currículo que dialogue com os saberes locais, fundamentado nos valores civilizatórios afro-brasileiros, é essencial para fortalecer a identidade cultural dos estudantes quilombolas e combater o racismo estrutural presente nas instituições de ensino.

Dessa forma, a educação quilombola deve ser compreendida como um instrumento de resistência e emancipação, permitindo que as comunidades tenham autonomia na construção de suas práticas educativas.

Este estudo inscreve-se nesse contexto, buscando analisar como a capacitação de educadores pode contribuir para a efetivação de uma Educação Quilombola crítica, comprometida com a equidade racial e alinhada aos princípios da educação antirracista e decolonial. Aborda-se, para tanto, a importância da formação docente, a necessidade de materiais didáticos específicos e a relevância da participação ativa das comunidades quilombolas na gestão escolar. Espera-se, assim, que este trabalho contribua para ampliar o debate sobre as políticas educacionais voltadas aos povos quilombolas e para fortalecer práticas pedagógicas que respeitem e valorizem as identidades afrodescendentes.

Diante desse cenário, este estudo propõe a seguinte questão de investigação: “De que maneira a capacitação de profissionais da educação pode contribuir para o fortalecimento da Educação Escolar Quilombola, promovendo uma pedagogia alinhada aos valores civilizatórios afro-brasileiros e ao compromisso com uma educação antirracista e decolonial?” Essa questão orienta a análise da importância da formação continuada de educadores que atuam em escolas quilombolas, bem como do impacto dessa formação na construção de práticas pedagógicas que fortalecem a identidade cultural e a autonomia das comunidades quilombolas.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo adotou uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, com o objetivo de compreender e analisar as dinâmicas da formação continuada de educadores em contextos quilombolas, a partir da experiência de implementação de um curso de capacitação, promovido a partir do Laboratório de Educação, Novas Tecnologias e Estudos Étnico-raciais – LENTE, com apoio da Pró-Reitoria de Extensão, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – Proex/UFRN.

A pesquisa qualitativa permitiu uma análise aprofundada das práticas pedagógicas e das percepções dos educadores, valorizando a subjetividade e a construção coletiva do conhecimento (Minayo, 2001). Caracterizou-se por uma abordagem interpretativa, voltada à compreensão dos fenômenos em seu contexto natural (Bogdan; Biklen, 1994).

Especificamente, assumiu um caráter exploratório (Gil, 2008), ao possibilitar a identificação de práticas pedagógicas, desafios e possibilidades no ensino em territórios quilombolas. Além disso, teve também um caráter descritivo (Lüdke; André, 1986), ao detalhar as interações e reflexões dos participantes durante a formação continuada.

Para a coleta de dados, foram utilizados os seguintes instrumentos metodológicos: a) análise documental, por meio da revisão e interpretação de documentos educacionais e diretrizes curriculares, o que possibilitou a compreensão da fundamentação teórica e prática adotada na formação (Cellard, 2008); b) observação direta, voltada à participação dos educadores durante as atividades formativas, considerando suas interações, dúvidas e contribuições para a construção coletiva do conhecimento (Angrosino, 2009).

A análise dos dados foi realizada por meio da análise de conteúdo, assegurando uma interpretação robusta e alinhada aos objetivos do estudo. Conforme Bardin (2011, p. 15), a análise de conteúdo consiste em um “[...] conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais sutis e em constante aperfeiçoamento, aplicáveis a ‘discursos’ (conteúdos e continentes) extremamente diversificados”. Dessa forma, o processo analítico e seus resultados possibilitam revelar aspectos que vão além do previsível.

3 FUNDAMENTOS E DESAFIOS À EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA

A Educação Escolar Quilombola constitui um direito fundamental das comunidades quilombolas, assegurado por dispositivos legais e políticas públicas voltadas à equidade racial e ao reconhecimento da diversidade cultural brasileira. A Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola (PNEERQ), instituída pela Portaria nº 470, de 14 de maio de 2024, estabelece diretrizes para a implementação de ações educacionais que garantam a valorização da história, cultura e saberes das populações quilombolas no âmbito escolar, promovendo práticas pedagógicas adequadas às especificidades dessas comunidades (Brasil, 2024a). Apesar de avanços normativos, persistem desafios estruturais que dificultam a consolidação da Educação Escolar Quilombola – EEQ (Brasil, 2024b), tais como a ausência de diagnóstico oficial sobre a implementação da Lei nº 10.639/2003 (Brasil, 2003) e da Lei nº 11.645/08 (Brasil, 2008), a baixa formação de profissionais para atuar com a Educação para as Relações Étnico-Raciais (Erer) e a inadequação da infraestrutura escolar em muitos territórios quilombolas.

O Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (Brasil, 2013), fundamentado nas Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, constitui um importante instrumento para a consolidação de políticas educacionais voltadas à equidade racial e à valorização da diversidade cultural no sistema de ensino brasileiro. O documento propõe ações estratégicas que envolvem a formação de professores, a produção de materiais didáticos contextualizados, a participação das comunidades na gestão escolar e a implementação de políticas públicas orientadas para a inclusão e a justiça educacional.

Na mesma linha, a cartilha da PNEERQ destaca a necessidade de fortalecer a gestão educacional quilombola, aprimorar materiais didáticos específicos e criar estratégias de monitoramento da implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola (DCNEEQ) (Brasil, 2024b). Ressalta-se que as DCNEEQ foram elaboradas para assegurar uma educação que respeite e valorize a identidade étnico-racial e cultural das comunidades quilombolas (Brasil, 2012). Essa modalidade de ensino deve ocorrer em unidades educacionais situadas nos territórios quilombolas, com pedagogia própria e formação específica para os docentes. As diretrizes também estabelecem princípios fundamentais, como a participação da comunidade na gestão escolar, a oferta de materiais didático-pedagógicos contextualizados e a valorização das práticas socioculturais e dos conhecimentos tradicionais. Além disso, reforçam a necessidade de políticas públicas que assegurem infraestrutura adequada, alimentação escolar baseada na cultura local e formação continuada para professores quilombolas.

A Educação Escolar Quilombola desempenha um papel fundamental na construção de um ensino equitativo, capaz de enfrentar as desigualdades raciais de maneira crítica. Segundo Silva (2021, p. 50), “[...] a educação antirracista precisa ser uma educação que ressalte as diversidades presentes nas existências dos sujeitos inseridos no cotidiano escolar”. Para tanto, é fundamental que o currículo contribua para práticas educativas comprometidas com a diversidade, promovendo a superação de práticas racistas estruturais ainda presentes no cotidiano escolar. Nessa perspectiva, defende-se a construção de um ensino que respeite e fortaleça as identidades negras e quilombolas, em enfrentamento ao racismo estrutural. Este, conforme definido por Almeida (2019), refere-se à naturalização das desigualdades raciais que atravessam as instituições sociais, políticas e econômicas, perpetuando a exclusão de grupos racializados. No contexto da educação, isso se manifesta na invisibilização dos

saberes afro-brasileiros, na precariedade da infraestrutura das escolas quilombolas e na baixa representatividade de docentes negros e quilombolas nos espaços educacionais. Assim, garantir uma educação quilombola fortalecida requer enfrentar o racismo estrutural presente nas práticas pedagógicas, na gestão escolar e nas políticas públicas.

A educação escolar é fundamental para a emancipação e resistência das comunidades quilombolas, ao promover o letramento étnico-racial, o acesso ao conhecimento e a desconstrução de narrativas coloniais. Como destaca Gomes (2019), em “O Movimento Negro Educador”, a educação constitui um espaço de luta e transformação social, sendo essencial no enfrentamento do racismo estrutural e na promoção da igualdade racial. A valorização da história e da cultura afro-brasileira por meio de currículos específicos, aliada ao fortalecimento de políticas públicas, garante uma educação crítica e cidadã, permitindo à população negra atuar ativamente na construção de uma sociedade mais justa e democrática.

A formação de professores para atuar na Educação Escolar Quilombola é um dos desafios centrais para a efetivação do PNEERQ. Dados do Censo Escolar de 2020 indicam que apenas 0,9% dos docentes no Brasil têm formação específica de 80 horas em Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER) e cultura afro-brasileira (Brasil, 2024b). Vale salientar que o despreparo dos educadores na abordagem de questões étnico-raciais contribui para a reprodução do racismo institucional no ambiente escolar. Assim, a qualificação docente é essencial para a construção de práticas pedagógicas que rompam com os padrões eurocêntricos historicamente consolidados e contribuam para o fortalecimento da identidade quilombola no ambiente escolar.

Especificamente quanto ao conceito de identidade, conforme Stuart Hall (2006), este é dinâmico e construído socialmente, sendo moldado pelas relações de pertencimento e pela interação entre indivíduos e grupos. Uma identidade não é fixa, mas sim fluida, influenciada por fatores históricos e culturais. Diante do fortalecimento das identidades, os grupos sociais se apropriam dos espaços geográficos, organizam-nos e atribuem significado, constituindo assim suas dinâmicas de territorialidades. Ao trazer à baila tal expressão, vale lembrar que, conforme Raffestin (1993), a territorialidade é um processo que envolve relações de poder, cultura e economia, sendo resultado das interações entre sociedade e espaço. Concomitantemente, para Haesbaert (2004), a territorialidade deve ser específica, de forma múltipla, considerando não apenas o espaço físico, mas também dimensões simbólicas e políticas específicas de identidades territoriais. É diante do diálogo da escola com as

identidades e territorialidades quilombolas que se abrem possibilidades para a descolonização do currículo. Com isso, todo o contexto passa a ser concebido como um território de saberes.

A descolonização do currículo escolar passa pela reformulação do material didático e pela incorporação de referências históricas afrocentradas, conforme preconizado pela legislação mencionada anteriormente. Quando se fala em dinâmicas de colonização, é importante compreender, conforme assevera Quijano (2005), que há necessidade de romper com a modernidade eurocêntrica, a qual perpetua a lógica colonial, especialmente através da classificação racial da população mundial e da dominação epistêmica. Sendo assim, é importante compreender que a estrutura colonial não se limita ao período colonial, mas permanece nas relações sociais, políticas e econômicas. Vale destacar que o eurocentrismo se consolidou como o paradigma hegemônico do conhecimento, apagando e subalternizando epistemologias não-europeias.

A descolonização, por sua vez, deve estar acompanhada da desobediência epistêmica, ou seja, uma ruptura com os modos eurocêntricos de produzir conhecimento, conforme propõe Mignolo (2008). Ele apresenta a “opção descolonial” como uma alternativa que busca reconhecer e valorizar saberes historicamente marginalizados, possibilitando a construção de novos paradigmas de conhecimento. Nesse contexto, a colonialidade do saber — conforme argumenta Lander (2005) — constitui um dos principais mecanismos de perpetuação do colonialismo, ao impor epistemologias eurocentradas e silenciar outras formas de conhecimento.

Ao abordar essa temática, é fundamental elucidar quatro termos centrais que atravessam os debates sobre colonização e descolonização, conforme apresentado no Quadro 1.

Quadro 1 – Relação entre colonização-alidade/descolonização-decolonialidade

Palavras	Descrição
Colonização	Compreendida como a formação histórica dos territórios coloniais, referindo-se ao processo pelo qual impérios ocidentais ocuparam e dominaram territórios ao redor do mundo.
Colonialidade	É uma lógica global de desumanização que continua existindo mesmo na ausência de colônias formais e está atrelada à modernidade ocidental e à perpetuação de desigualdades estruturais.
Descolonização	Refere-se a momentos históricos em que sujeitos colonizados se insurgiram contra os impérios coloniais e reivindicaram sua independência. Contudo, a independência política nem sempre significa uma ruptura com as estruturas coloniais.

Palavras	Descrição
Decolonialidade	É uma luta contínua contra a lógica da colonialidade e seus efeitos materiais, epistêmicos e simbólicos. Busca superar a modernidade/colonialidade e construir novos paradigmas de existência e conhecimento.

Fonte: Adaptado de Maldonado-Torres (2018, p. 31-61).

A colonização e a colonialidade envolvem projetos de ocupação territorial e a negação dos sujeitos e de seus espaços de existência. Os territórios ocupados são frequentemente apresentados como se tivessem sido “descobertos”. Nesse processo, “[...] a colonização é apresentada como um veículo de civilização, e a escravidão é interpretada como um meio para ajudar o primitivo e sub-humano a se tornar disciplinado” (Maldonado-Torres, 2018, p. 38). Trazer essa questão à tona não é visto com bons olhos pelos poderes hegemônicos constituídos.

Por sua vez, ao se referir à descolonização e à decolonialidade, vêm à baila os movimentos que se opõem à dominação colonial. A decolonialidade é uma luta que busca superar a lógica da colonialidade. Como afirma Maldonado-Torres (2018, p. 41), “[...] decolonialidade é uma luta que busca alcançar não uma diferente modernidade, mas alguma coisa maior do que a modernidade”. Entre a colonização e a descolonização, conforme assevera o autor, “[...] está o colonizado como um questionador e potencial agente” (Maldonado-Torres, 2018, p. 38). Assim, afirma-se a presença de um sujeito pensante e crítico no cerne dessa discussão.

Compreender a Educação Escolar Quilombola sob uma perspectiva decolonial é um desafio que se impõe, considerando sua inserção em um sistema educacional marcado por inúmeras disputas políticas. Ao mesmo tempo, a legislação educacional abre caminhos a dinâmicas de educação contextualizada, em diálogo com os saberes tradicionais das comunidades quilombolas. A decolonialidade na educação quilombola implica a valorização de narrativas próprias, fortalecendo os saberes tradicionais e desconstruindo os discursos racistas enraizados nas práticas pedagógicas.

Quando tudo parece compreendido sobre a questão decolonial, o intelectual quilombola Antônio Bispo dos Santos nos convida a repensar esse debate ao apresentar, conceitualmente, o contracolonialismo, definido como “[...] um modo de vida diferente do colonialismo” (Santos, 2023, p. 54). Segundo o autor, o debate decolonial representa “[...] a depressão do colonialismo, como a sua deterioração” (Santos, 2023, p. 53). Já o

contracolonialismo se configura como uma resposta ativa e uma forma de resistência ao colonialismo. Para Bispo dos Santos, não se trata apenas de uma crítica ou de um pensamento teórico, mas de um modo de vida, fundamentado na reafirmação de práticas ancestrais, na preservação dos saberes e na luta pela autonomia territorial e cultural. Nesse sentido, o conceito expressa uma resistência ativa às estruturas coloniais, promovendo a valorização e a continuidade dos saberes, práticas e cosmologias dos povos quilombolas, indígenas e demais grupos historicamente marginalizados.

O debate promovido por Antônio Bispo dos Santos aprofunda as questões relativas à importância da contextualização da educação escolar nos territórios quilombolas. Os currículos dessas escolas devem estar em confluência com o pensar, sentir e agir presentes nesses territórios de saberes ancestrais. Afinal, conforme assevera Carril (2017, p. 539), os quilombos “[...] trazem o território que fala, por meio da história oral, possibilitando uma escuta desses significados”. Trata-se de uma mudança epistêmica: cabe à escola assegurar e integrar esses saberes à sua prática pedagógica, reconhecendo sua legitimidade e centralidade na formação dos sujeitos quilombolas.

Nesse diálogo com os saberes ancestrais, destacam-se os valores civilizatórios afro-brasileiros, conforme descritos por Azoilda Trindade (Trindade, 2006; Silva, 2021), como elementos fundamentais para uma necessária mudança epistêmica e paradigmática. Sua incorporação ao currículo rompe com a lógica monocultural e eurocêntrica que historicamente invisibilizou as contribuições negras na formação da sociedade brasileira. Como salienta Trindade, esses valores não são estanques, mas se interpenetram em uma dinâmica relacional e comunitária, o que exige da escola uma escuta sensível e uma postura de acolhimento às múltiplas expressões culturais afro-brasileiras. Assim, ao reconhecer tais valores como fundamentos para uma pedagogia antirracista e decolonial, promove-se não apenas a inclusão simbólica, mas a resignificação das práticas escolares, estabelecendo pontes entre os saberes tradicionais e os processos de construção do conhecimento. Essa perspectiva demanda, ainda, uma reelaboração crítica do projeto político-pedagógico das escolas quilombolas, de modo a garantir uma educação que seja, de fato, emancipadora, enraizada nas territorialidades negras e comprometida com a justiça cognitiva e social. A seguir, no Quadro 2, apresenta-se cada valor civilizatório, conforme descrito por Azoilda Trindade.

Quadro 2 – Valores Civilizatórios Afro-brasileiros

Valores civilizatórios	Descrição
Energia Vital (Axé)	Potência da vida se materializa, em circularidade, nos corpos, não só nos humanos, mas nos seres vivos em geral, nos reinos animal, vegetal e mineral.
Circularidade	Organização comunitária baseada na troca de saberes e no respeito mútuo, sem hierarquizações rígidas.
Corporeidade	Consciência do corpo como meio de expressão, resistência e conexão com o sagrado.
Ancestralidade	Respeito e conexão com os antepassados, reconhecendo sua influência no presente.
Cooperação - Comunitarismo	Fortalecimento dos laços sociais e do trabalho coletivo como base para o bem comum.
Musicalidade	Expressão da identidade e da coletividade por meio da música e dos ritmos afro-brasileiros.
Memória	Valorização da ancestralidade e da história coletiva como forma de reconhecimento e pertencimento
Ludicidade	Importância do brincar, da festa e da celebração como formas de aprendizado e socialização.
Oralidade	Transmissão de conhecimento e cultura através da fala, histórias, músicas e cantos.
Religiosidade	Vivência da espiritualidade como parte essencial da existência, em harmonia com a natureza e a comunidade.

Fonte: Adaptado de Silva (2021, p. 53-58) e Trindade (2006, p. 17-79).

Esses valores constituem matrizes de sentido que orientam formas próprias de viver, conhecer e educar nas comunidades afrodescendentes. Sendo assim, passa-se a compreender que “[...] vivemos embates terríveis, sociais e históricos, determinados pelo racismo; perceber que não estamos condenados a um mundo euro-norte-centrado, a um mundo masculino, branco, burguês, monoteísta, heterossexual, hierarquizado...” (apud Silva, 2021, p. 53). Essa aproximação nos possibilita um outro jeito de pensar, sentir e agir, pois, como ressalta a autora, “[...] outros modos de ser, fazer, brincar e interagir existem” (apud Silva, 2021, p. 53). Deparamo-nos, portanto, com uma forma diferenciada de ver o mundo e de ver-se no mundo.

Nesta mudança paradigmática, a forma de conhecimento deve ser compreendida como uma aventura em espiral, conforme destaca Morin (2000, p. 45-46), ao afirmar que esse conhecimento “[...] tem um ponto de partida histórico, mas que não tem um fim, que deve, sem cessar, fazer círculos concêntricos, ou melhor dizendo, que a descoberta de um princípio simples não tem fim; ela reconduz ao mesmo princípio simples que ela esclareceu em parte”. Sendo assim, não podemos estabelecer conexões com os valores civilizatórios afro-brasileiros de forma compartimentada, mas sim em diálogo com o que preconiza a teoria da complexidade, contribuindo para a construção de uma pedagogia que fortaleça a identidade quilombola e promova uma educação antirracista e decolonial.

O formato em teia, no qual Azoilda Trindade apresenta os valores civilizatórios afro-brasileiros, permite compreender que esses “[...] não são lineares e/ou estanques, mas se interpenetram, se hibridizam, obedecem a fluxos e conexões que se dão na cotidianidade e na imersão e absorção dessa dimensão civilizatória” (Silva, 2021, p. 53). Assim, em espiral, cada valor civilizatório está em constante interconexão com os demais.

A escola quilombola deve atuar de forma decisiva na superação do racismo estrutural, assegurando que o currículo contemple, de maneira transversal e crítica, a história e a cultura afro-brasileira. É preciso compreender a escola como um espaço fundamental na construção das identidades. Afinal, é nesse espaço que “[...] toda criança começa a se reconhecer como parte de um grupo maior, como também tem a oportunidade de desenvolver sua identidade própria e de se comparar com outras crianças antes desconhecidas” (Dannemann, 2020, p. 234). É a partir dessa dinâmica de formação identitária que o currículo pode se alinhar à diversidade presente nos territórios quilombolas, valorizando os saberes locais e promovendo uma educação verdadeiramente inclusiva e contextualizada.

O combate ao racismo no ambiente escolar e na sociedade exige a implementação de protocolos institucionais que assegurem um ambiente educativo seguro, acolhedor e inclusivo para estudantes quilombolas. A Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER), enquanto compromisso inalienável do Estado e da sociedade, requer a formação contínua e qualificada de professores e gestores educacionais, de modo a promover práticas pedagógicas antirracistas e a garantir o respeito à diversidade étnico-racial nas escolas.

A precariedade da infraestrutura das escolas quilombolas constitui um fator de exclusão que compromete o acesso, a permanência e o sucesso escolar dos estudantes. A efetivação de políticas públicas específicas para os territórios quilombolas é fundamental para superar desafios estruturais que extrapolam o espaço escolar. Problemas recorrentes, como a falta de transporte adequado, a ausência de alimentação escolar culturalmente apropriada e a precariedade das instalações físicas, impactam diretamente o desempenho acadêmico e o sentimento de pertencimento dos alunos (Brasil, 2024a). É necessário reconhecer que tais deficiências não são meras falhas administrativas, mas expressões do racismo institucional que historicamente relegou às populações negras e quilombolas uma educação precarizada, desprovida de qualidade e de respeito à diversidade étnico-racial.

Com o objetivo de mitigar desigualdades históricas, a Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola estabelece uma série

de estratégias estruturantes. Entre elas, destacam-se a inclusão de fatores de ponderação específicos para a Educação Escolar Quilombola no financiamento do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) e na execução do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE/EQQ). Além disso, a política prevê a elaboração de cadernos pedagógicos e conteúdos audiovisuais alinhados à realidade quilombola, bem como a reformulação dos critérios do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), a fim de incorporar produções que valorizem os saberes tradicionais afro-brasileiros e quilombolas (Brasil, 2024b). Essas iniciativas visam assegurar condições estruturais adequadas e efetivar os direitos educacionais quilombolas, fortalecendo a escola como espaço de afirmação identitária e de construção de uma educação antirracista.

4 FORMAÇÃO CONTINUADA EM EDUCAÇÃO QUILOMBOLA: CAMINHOS PARA A EMANCIPAÇÃO E RESISTÊNCIA

O curso “Educação Escolar em Territórios Quilombolas: Valores Civilizatórios Afro-Brasileiros”, promovido pela UFRN (2023), foi direcionado a profissionais da educação atuantes em territórios quilombolas, bem como a discentes de cursos de licenciatura. Organizado em sete módulos, o curso abordou temas essenciais para a prática pedagógica nesses contextos, incluindo educação antirracista, práticas pedagógicas contextualizadas, diretrizes curriculares, produção de materiais didáticos e avaliação na educação quilombola. Com formato predominantemente remoto, a formação combinou aulas síncronas e assíncronas por meio de uma plataforma virtual de ensino. O curso contou com financiamento da UFRN (2024) e reuniu aproximadamente quarenta e cinco participantes, sendo trinta externos e quinze internos.

Em relação ao público participante, inscreveram-se cinquenta e seis pessoas. Destas, trinta concluíram o curso com êxito, representando um percentual de 53,57%. Do total de concluintes, 30% eram do público interno e 70% do público externo. Quanto à distribuição geográfica, 40% dos participantes eram do Rio Grande do Norte e 60% da Paraíba. Do Rio Grande do Norte, concluíram doze pessoas do município de Caicó, duas de Macaíba e uma de Ceará-Mirim. Da Paraíba, concluíram dez pessoas de Cacimbas; quatro de Tavares; e uma de cada um dos seguintes municípios: Desterro, Várzea, Santa Luzia e Patos.

Durante o curso, quinze pessoas atuaram como colaboradoras, sendo cinco discentes como monitores, três docentes do Departamento de Educação, do Centro de Ensino Superior do Seridó – CERES, e sete colaboradores externos. O curso alcançou um escopo significativo, superando a expectativa inicial de inscritos e assegurando uma formação diversificada, com ampla representatividade de diferentes municípios.

A administração das aulas ocorreu conforme os seguintes passos: a) leitura prévia do material disponibilizado pela equipe organizadora do curso (2h); b) compartilhamento das questões suscitadas a partir da leitura do material (2h); c) aprofundamento das questões levantadas, considerando a temática específica do módulo (3h); d) indicação de novos temas geradores, com base nas discussões do módulo, destacando elementos que possam contribuir para mudanças significativas no chão da escola (1h).

Quanto aos conteúdos ministrados, o curso foi estruturado em sete módulos, distribuídos em 60 horas, abordando temas essenciais para a educação quilombola e para a construção de práticas pedagógicas contextualizadas e antirracistas. Os conteúdos abrangeram desde aspectos conceituais e legislativos até estratégias de ensino e elaboração de currículos específicos para os territórios quilombolas, conforme apresentado no Quadro 3.

Quadro 3 – Conteúdos ministrados no decorrer do curso

Módulo	Conteúdo	Descrição	Horas
-	Aula inaugural	Apresentação do percurso metodológico do curso	4
I	Fundamentos e territorialidades quilombola	Discussão sobre território, territorialidade, colonialidade, decolonialidade, contracolonialidade e a realidade dos povos originários e tradicionais.	8
II	Valores civilizatórios afro-brasileiros	Apresentação e análise dos valores civilizatórios afro-brasileiros.	8
III	Legislação educacional e educação antirracista	Estudo das leis e diretrizes que fundamentam a educação quilombola, com destaque para a Lei 10.639/03 e 11.645/08.	8
IV	Educação Contextualizada aos territórios quilombolas	Apresentação de práticas pedagógicas exitosas e desenvolvimento de Projetos Político-Pedagógicos Quilombolas.	8
V	Intercambiando saberes em perspectiva antirracista	Apresentação de práticas pedagógicas exitosas e desenvolvimento de Projetos Político-Pedagógicos Quilombolas.	8
VI	Apresentação de propostas de intervenção em Escolas Quilombolas	Elaboração de planos de ação e materiais didáticos que fortaleçam a educação quilombola.	8
VII	Culminância e compartilhamento de saberes	Reflexão final sobre o curso, apresentação das produções dos participantes e intercâmbio de aprendizagens.	8
Total			60

Fonte: Autores (2025).

Os momentos de culminância de cada módulo ocorreram quinzenalmente, a partir de julho de 2024, com encerramento em dezenove de novembro, por ocasião do I Seminário de Educação Quilombola, realizado como parte da programação do VI Seminário de Aprendizagens Antirracistas do Seridó – VI SAARAS. O evento aconteceu no auditório do Centro de Ensino Superior do Seridó – CERES, na cidade de Caicó-RN, contando com a participação de 113 (cento e treze) pessoas, entre discentes e docentes do CERES, além de participantes matriculados no curso de capacitação, provenientes dos estados do Rio Grande do Norte e da Paraíba.

No que tange ao compartilhamento de saberes, em todos os módulos os participantes eram motivados, a partir de uma pergunta geradora, a apresentar suas vivências pedagógicas. Contudo, duas dessas vivências mereceram destaque especial.

A primeira vivência destacada foi a sequência didática intitulada “O Chá das Dez e a Valorização dos Saberes Tradicionais Quilombolas”, apresentada pela professora Claudevânia (Oliveira, 2024). Essa sequência foi desenvolvida com estudantes da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, tendo como objetivo principal reconhecer e valorizar os saberes tradicionais quilombolas relacionados às plantas medicinais.

Com duração de cinco aulas, a proposta incluiu atividades diversificadas, tais como: leitura compartilhada do livro “O Chá das Dez”; rodas de conversa sobre o uso das plantas medicinais; uma aula de campo para identificação dessas plantas no território; produção de cartazes com receitas de chás tradicionais; e a criação de poemas inspirados nos “Guardiões das Plantas” da Serra Feia. O processo culminou com uma amostra cultural, na qual os alunos puderam compartilhar suas aprendizagens por meio de exposições e apresentações orais. A avaliação foi contínua e formativa, considerando a participação ativa dos estudantes, a reflexão crítica sobre os temas abordados e as produções realizadas, reforçando a importância da preservação dos saberes quilombolas e da medicina alternativa.

A segunda vivência destacada foi a apresentação sobre a Escola Afro-Brasileira Maria Felipa (2024), realizada pelo discente do curso de Pedagogia, Carlos Vinicius Rodrigues Silva, a qual se destaca como uma unidade de ensino brasileira, em perspectiva afrocentrada, cuja proposta pedagógica integra conhecimento, cultura e inclusão. A escola oferece ensino trilingue — português, inglês e Libras — desde a Educação Infantil até o Ensino Fundamental, promovendo uma formação ampla e diversificada. Além disso, desenvolve projetos culturais e artísticos, como aulas de dança afro e capoeira, que estimulam a criatividade dos alunos e

valorizam suas raízes culturais. A instituição também se destaca pelo acolhimento de crianças neurodivergentes, proporcionando um ambiente adequado e seguro, que assegura o aprendizado e a convivência respeitosa entre todos os estudantes.

Outro ponto marcante foi a realização, nos dias 23 e 24 de agosto, de uma aula de campo no Quilombo dos Palmares, localizado em União dos Palmares (AL). Participaram dessa atividade o docente coordenador do curso e quatro discentes, que atuaram como monitores da formação. As experiências e vivências adquiridas durante a visita ao quilombo foram posteriormente compartilhadas com o público participante do curso de capacitação, enriquecendo o diálogo e a compreensão sobre a história e os saberes quilombolas.

No decorrer do curso de capacitação, o processo avaliativo adotou uma abordagem processual e formativa, considerando a reflexão crítica sobre os materiais, a participação ativa nas aulas e nos fóruns, a proposição de estratégias pedagógicas contextualizadas e a produção final de um plano de ação ou material didático adaptado à realidade quilombola, que foi apresentado no seminário de culminância.

O Curso de Capacitação em Educação Escolar Quilombola teve como objetivo central a formação continuada de educadores atuantes em territórios quilombolas, promovendo uma educação antirracista e alinhada aos valores civilizatórios afro-brasileiros. Entre os resultados esperados estavam a atualização dos Projetos Político-Pedagógicos (PPP) das escolas quilombolas, o estímulo à pesquisa sobre Educação Quilombola e o fortalecimento das políticas públicas nos territórios quilombolas. Ademais, o curso buscou garantir a ampla participação de educadores e discentes, visando um impacto significativo tanto na comunidade acadêmica quanto nas comunidades quilombolas envolvidas.

Os resultados obtidos evidenciaram um impacto relevante, embora ainda existam desafios a serem superados. O curso contou com 56 inscritos, ultrapassando a expectativa inicial de 45 participantes; contudo, apenas 30 concluíram a formação, o que representa uma taxa de conclusão de 53,57%. Esse dado sugere que, apesar do interesse inicial elevado, fatores como dificuldades de acesso à internet e a carga horária exigida podem ter contribuído para a evasão. Em relação ao público-alvo, 70% dos concluintes eram externos — compostos por educadores populares e profissionais da educação quilombola — e 30% pertenciam ao público interno, ou seja, discentes da universidade, confirmando a efetiva participação de educadores quilombolas na formação.

A abrangência territorial destacou-se como um dos pontos positivos da formação, com 40% dos concluintes provenientes do Rio Grande do Norte e 60% da Paraíba. Participaram educadores de diversas localidades, como Caicó, Macaíba e Ceará-Mirim (RN), além de Cacimbas, Tavares, Desterro, Várzea, Santa Luzia e Patos (PB). Esses dados refletem a relevância regional do curso e evidenciam sua capacidade de alcançar diferentes realidades quilombolas, promovendo uma formação plural, contextualizada e alinhada às especificidades dos territórios.

Em relação à implementação dos conteúdos e da metodologia, o curso foi estruturado em sete módulos, articulando momentos síncronos e assíncronos, com foco em temas como territorialidade, valores civilizatórios afro-brasileiros, currículo contextualizado e intercâmbio de saberes. A metodologia adotada — pautada em discussões, leituras orientadas, produção de materiais didáticos e práticas reflexivas — possibilitou o desenvolvimento de estratégias concretas e contextualizadas para o ensino em territórios quilombolas, promovendo uma formação crítica e transformadora.

Um dos principais impactos observados foi a elaboração de planos de ação e materiais didáticos alinhados à realidade quilombola, evidenciando o compromisso dos participantes com a contextualização dos currículos escolares. Esse resultado reforça a importância da formação continuada para tornar a escola um espaço mais representativo e significativo para os alunos quilombolas. Ademais, a participação ativa de monitores e colaboradores externos contribuiu para o fortalecimento da troca de saberes e para a aplicação prática dos conhecimentos construídos ao longo do curso.

Contudo, alguns desafios foram identificados ao longo da formação, especialmente no que se refere às dificuldades de acesso digital, que impactaram negativamente a participação de parte dos educadores quilombolas. Esse cenário evidencia a urgência de investimentos em infraestrutura tecnológica mais inclusiva. Além disso, a necessidade de continuidade da formação foi amplamente discutida, apontando para a importância de um acompanhamento sistemático dos educadores após a capacitação, de modo a assegurar a efetiva implementação das práticas pedagógicas desenvolvidas no curso.

De modo geral, o curso alcançou seus objetivos centrais, promovendo uma formação comprometida com a valorização da diversidade e incentivando o protagonismo dos educadores quilombolas. Os desafios identificados reforçam a necessidade de desenvolver novas estratégias de acompanhamento, ampliar o suporte tecnológico e estimular a

continuidade das pesquisas no campo da Educação Quilombola. Nesse sentido, a experiência formativa reafirma a relevância da formação continuada como instrumento fundamental para a construção de uma educação equitativa, decolonial e alinhada aos valores civilizatórios afro-brasileiros.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Curso de Capacitação em Educação Escolar Quilombola: Valores Civilizatórios Afro-Brasileiros consolidou-se como um espaço formativo fundamental para a qualificação de educadores que atuam em territórios quilombolas. Por meio de uma abordagem contextualizada, antirracista e decolonial, a formação promoveu reflexões críticas sobre a prática docente, incentivando a valorização dos saberes tradicionais e o fortalecimento da identidade quilombola no contexto escolar.

Ao responder à pergunta problematizadora — de que maneira a capacitação de profissionais da educação pode contribuir para a melhoria eficaz da Educação Escolar Quilombola —, os resultados do curso evidenciam que a formação continuada é um instrumento fundamental para o fortalecimento de práticas pedagógicas contextualizadas, o incentivo à produção de materiais didáticos específicos e a elaboração de Projetos Político-Pedagógicos (PPP) coerentes com as realidades quilombolas. Ademais, a capacitação amplia o repertório teórico e crítico dos educadores sobre os fundamentos da educação antirracista e decolonial, possibilitando atuações mais conscientes, reflexivas e propositivas na construção de currículos que respeitem e valorizem a diversidade étnico-racial presente nos territórios quilombolas.

Os resultados evidenciaram uma adesão significativa de educadores e discentes, reafirmando a relevância de iniciativas formativas voltadas à efetivação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola. A elaboração de planos de ação, a produção de materiais pedagógicos contextualizados e o intercâmbio de experiências entre os participantes demonstram avanços concretos na construção de práticas educativas que reconhecem e valorizam as especificidades culturais, históricas e territoriais das comunidades quilombolas. Esses elementos reforçam o papel da formação continuada como estratégia essencial para a promoção de uma educação antirracista, democrática e socialmente referenciada.

Entretanto, apesar dos avanços alcançados, persistem desafios importantes, sobretudo no que se refere à infraestrutura e ao acesso digital, fatores que impactaram diretamente a permanência de parte dos participantes no curso. Nesse sentido, torna-se imprescindível a continuidade da formação e o acompanhamento sistemático das práticas pedagógicas desenvolvidas, a fim de assegurar a efetiva implementação das propostas construídas. Tais aspectos evidenciam a urgência de políticas públicas que garantam suporte contínuo aos educadores e ampliem a oferta de formações específicas, comprometidas com a realidade e as demandas da Educação Escolar Quilombola.

Dessa forma, o curso reafirmou que a formação continuada é um instrumento essencial para a emancipação das comunidades quilombolas e para o enfrentamento do racismo estrutural no espaço escolar. Os resultados obtidos evidenciam a urgência de ampliar iniciativas formativas semelhantes, promovendo espaços de construção coletiva do conhecimento e consolidando práticas pedagógicas coerentes com os valores civilizatórios afro-brasileiros. Ao fortalecer a Educação Escolar Quilombola como um direito conquistado, a formação contribui diretamente para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e antirracista.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Sívio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Polén, 2019. 264p.

ANGROSINO, Michael. **Etnografia e observação participante**. Porto Alegre: Bookman, 2009. 138p.

ARAÚJO, Irenaldo Pereira de. Educação Escolar em territórios quilombolas: valores civilizatórios afro-brasileiros. EDU/CERES. In: UFRN. **Edital UFRN-PROEX 005/2023 – Chamada Pública para apoio a cursos de extensão**. Natal/RN, 26 de fevereiro de 2024.

BARDIN, Laurece. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011. 279p.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto Alegre: Porto, 1994. 335p.

BRASIL. Lei 10.639/2003, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, 2003.

BRASIL. Lei 11.645/08 de 10 de março de 2008. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola (PNEERQ)**. Brasília: MEC, 2024b. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/pneerq>. Acesso em: 10fev2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 470, de 14 de maio de 2024. Institui a Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola – PNEERQ. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, 2024a.

BRASIL. Parecer CNE/CEB Nº 16/2012. **Diário Oficial da União**, 20 de novembro de 2012, Seção 1, pág. 8. Brasília, 2012.

BRASIL. Plano nacional de implementação das diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. **Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão**. Brasília: MEC, SECADI, 2013. 104p.

CARRIL, Lourdes de Fátima Bezerra. Os desafios da educação quilombola no Brasil: o território como contexto e texto. **Revista Brasileira de Educação**, v. 22, p. 539-564, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/s1413-24782017227028>.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Trad. Ana Cristina Nasser. Petrópolis: Vozes, 2008. 435p. pp. 295-316.

DANNEMANN, Angela. Vivências da absorção da expressão. In: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado. **Escrevivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo**. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020. 282p. pp. 226- 241.

ESCOLA Maria Felipa. **Escola Afro-Brasileira Maria Felipa**. Disponível em: <https://escolamariafelipa.com.br/>. Acesso em: 21 set. 2024.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 200p.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas pela emancipação**. Petrópolis: Vozes, 2019. 133p.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do 'fim dos territórios' à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11ed. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. 102p

LANDER, Edgardo (Org). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: Perspectivas latinoamericanas**. CLACSO: Buenos Aires, Argentina, 2005. 280p.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986. 99p.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSFOGUEL, Ramón (Orgs). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. (Coleção Cultura Negra e Identidades). Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018. 425p. pp. 31-61.

MIGNOLO, Walter. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. **Cadernos de Letras da UFF**, Niterói-RJ, v. 34, n. 1, p. 287-324, 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 2004. 269p.

MORIN, Edgar. A epistemologia da complexidade. In: MORIN, Edgar & LE MOIGNE, Jean-Louis. **A inteligência da complexidade**. Trad. Nurimar Maria Falci. São Paulo: Peirópolis, 2000. 263p. pp. 43-137.

OLIVEIRA, Claudevânia dos Santos Silva. **O chá das dez e a valorização dos saberes tradicionais quilombolas** [Sequência didática]. Cacimbas-PB: Escola Joaquim Cassiano-Quilombo Serra Feia, 2024.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**: Perspectivas latinoamericanas. CLACSO: Buenos Aires, Argentina, 2005. 280p. pp. 117-142.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Trad. Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993. 269p.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu Editora/Piseagrama, 2023. 112p.

SILVA, Gisele Rose da. **Azoilda Trindade**: o baobá dos valores civilizatórios afro-brasileiros. Rio de Janeiro: Metanoia, 2021. 164p.

TRINDADE, Azoilda Loretto. Valores e referências afro-brasileiras. In: **Saberes e fazeres**. V. 3. Modos de interagir. Coordenação do Projeto Ana Paula Brandão. [A cor da cultura]. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2006. 152p.

UFRN. **Edital UFRN-PROEX 005/2023** – Chamada Pública para apoio a cursos de extensão. Natal/RN, 2023.